Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 17 Nº 34, Jan - Jun de 2025
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Sociologia da destruição da Amazônia: devastação da natureza em São Félix do Xingu-PA, Brasil (1985-2010)

Sociology of the destruction of the Amazon Rainforest: devastation of nature in São Félix do Xingu-PA, Brazil (1985-2010)

José Roberto Porto de Andrade Júnior[1]

Resumo: O objetivo do artigo é analisar o processo histórico de devastação da natureza em São Félix do Xingu-PA entre 1985 e 2010. O referencial teórico adotado é a sociologia acontecimental, do campo da sociologia histórica. As principais técnicas de pesquisa utilizadas foram entrevistas, análise de documentos e de dados secundários. A caracterização histórica associa o desmatamento no município com: a articulação entre exploração madeireira e pecuária; a articulação entre capitais internacionais e nacionais; o uso sistemático de violência; a "pistolagem"; a superexploração do trabalho; o emprego corrente de mão de obra em situação de escravidão contemporânea; a dependência econômica, social e cultural da sociedade regional em relação aos desmatadores, detentores de grande prestígio local; o incentivo expresso de instituições estatais de nível municipal, estadual e federal ao desmate; e um estado geral de omissão e de incapacidade do Estado na ordenação territorial regular do local.
Palavras-chave: Desmatamento da Amazônia; São Félix do Xingu-PA; Sociologia Histórica.

Abstract: This article aims to analyze the historical process of environmental devastation in São Félix do Xingu, Pará (Brazil), between 1985 and 2010. The theoretical framework is Eventful Sociology, within the field of Historical Sociology. The main research techniques employed were interviews, document analysis, and secondary data review. The historical characterization links deforestation in the municipality to: the interplay between logging and cattle ranching; the connection between national and international capital; systematic use of violence; gunmen-for-hire practices; labor overexploitation; frequent use of labor under contemporary

[1] Professor da Universidade Federal de Alfenas-MG, campus de Varginha-MG. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de doutorado, colaborando com o desenvolvimento da pesquisa que resultou neste artigo.

slavery conditions; the region's economic, social, and cultural dependence on deforesters, who hold significant local prestige; explicit support for deforestation from municipal, state, and federal institutions; and a general state of omission and incapacity of the State in enforcing territorial regulation.

Keywords: Deforestation of the Amazon; São Félix do Xingu-PA; Historical Sociology.

Introdução

A "Declaração de Belém", documento subscrito pelas lideranças dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica, reunidos na Cúpula da Amazônia em agosto de 2023, menciona quatro vezes o termo "ponto de não retorno" da Amazônia (OTCA, 2023). O termo é uma tradução do inglês "tipping point" e faz referência a um limiar crítico, a partir do qual uma pequena perturbação poderia alterar qualitativamente o estado ou o desenvolvimento de um sistema (SCHELLNHUBER, 2009).

Referindo-se à Amazônia, o termo é utilizado para determinar o nível de desmatamento da floresta a partir do qual a capacidade da Amazônia de se manter como um ecossistema florestal íntegro estaria ameaçado. Atualmente, entende-se que esse limiar se situa entre 20% e 25% da área original da Amazônia (LOVEJOY; NOBRE, 2018; 2019).

Na parcela brasileira do bioma, que é a mais desflorestada dele, já foram destruídos 740.000 km² de vegetação nativa até 2021, o equivalente a 21% da área original (MAPBIOMAS, 2023). Considerado todo o bioma Amazônia, a devastação já atingiu 17%, dados de 2021 (MAPBIOMAS, 2023). Portanto, estamos bem próximos do "ponto de não retorno" da Amazônia e caso não façamos modificações estruturais na realidade desse bioma, antes do fim desta década – em 1929, segundo estimativas – o limiar será alcançado.

Além de colocar em risco a capacidade de manutenção estrutural da última grande floresta tropical do mundo e do principal polo de biodiversidade do planeta, o desmatamento da Amazônia também é uma importante fonte de geração de gases estufa e de contribuição para o aquecimento global. Segundo dados do Observatório do Clima, as "mudanças de uso da terra e floresta" – que tem no desmatamento da

Amazônia sua principal origem – foram responsáveis por 49% das emissões brasileiras de gases estufa em 2021 (POTENZA et al., 2023, p. 6).

No topo da lista dos municípios brasileiros com mais desmatamento acumulado no bioma Amazônia, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), temos, em larga dianteira, São Félix do Xingu-PA, como evidencia o Quadro 1. Além de município com mais desmatamento acumulado do Brasil, São Félix do Xingu-PA também foi um dos 5 municípios com mais desmatamento em 2022, segundo a mesma fonte.

Como São Félix do Xingu-PA chegou nessa situação? Quem são os atores sociais responsáveis pelo desmatamento no local? Qual o processo histórico que produziu uma quantidade tão elevada de destruição da natureza? A problemática desse artigo tem base nessas perguntas e o objetivo do trabalho é analisar o processo histórico de devastação em São Félix do Xingu-PA no período situado entre 1985 e 2010, caracterizando os principais agentes envolvidos e as principais ações e omissões que produziram a destruição local da Amazônia.

Quadro 1. Os 10 municípios com mais desmatamento acumulado no Brasil (até 2022)

Município	Desmatamento (km²)
São Félix do Xingu-PA	21.012,6
Porto Velho-RO	12.268,5
Altamira-PA	11.948,5
Marabá-PA	8.971,2
Paragominas-PA	8.916,2
Novo Repartimento-PA	8.726,3
Juara-MT	8.354,6
Cumaru do Norte-PA	7.554,6
Novo Progresso-PA	7.540,2
Santana do Araguaia-PA	7.371,0
TOTAL	**102.662,7**

Fonte: PRODES/INPE

O trabalho tem como motivação e justificativa o entendimento de que uma adequada compreensão histórica e sociológica das relações que materializam a devastação da natureza é uma parte fundamental do processo de construção de soluções para o problema do desmatamento da Amazônia. É preciso compreender a história e a dinâmica social do desmatamento em toda sua diversidade e

complexidade para que se consiga formular propostas que efetivamente contribuam para resolução do problema.

Nesse contexto, enquanto município com maior índice de desmatamento acumulado do país, São Félix do Xingu-PA é um território que apresenta grande potencialidade de enriquecer o conhecimento sobre a realidade amazônica. Conhecer o processo histórico que produziu a destruição da natureza em São Félix do Xingu-PA pode colaborar para entender os fatores, motivos, interesses e agentes que protagonizam o desmatamento da Amazônia e, assim, colaborar para a formulação de políticas adequadas para impedir que ultrapassemos o "ponto de não retorno".

A literatura sobre o desmatamento neste município é bastante expressiva. Um primeiro trabalho responsável por colocar São Félix do Xingu-PA no centro da discussão científica sobre a Amazônia foi o livro "Contested Frontiers in Amazonia", de Schmink e Wood. O livro apresenta uma análise aprofundada da problemática amazônica e estuda São Félix do Xingu-PA num período que antecede o próprio início do desmatamento sistemático do local (SCHMINK; WOOD, 1992). Mais recentemente, uma das coautoras dessa obra (Marianne Schmink), juntamente com colaboradores, retomaram a discussão sobre o município destacando as transformações locais e suas relações com a conjuntura nacional, numa reflexão que parte de uma ampla perspectiva histórica (Schmink *et al.*, 2019).

Também nos últimos anos, outros artigos se destacaram ao analisar a problemática do município. Em artigo recentemente publicado, eu investiguei o combate ao desmatamento em São Félix do Xingu-PA entre 1989 e 2023 (ANDRADE JÚNIOR, 2025). Em texto anterior, eu já havia discutido a relação entre os povos ameríndios Kayapó e o movimento ambientalista no processo de disputas por terras indígenas no município a partir da década de 1970 (ANDRADE JÚNIOR, 2021). Crispim e Fabretti analisaram o grau de exploração da terra e do trabalho no município (CRISPIM, FRABRETTI, 2020). Claudino, Ferreira e Poccard-Chapuis discutiram os diferentes tipos de sistemas agrários existentes na microrregião e sua evolução histórica (CLAUDINO, FERREIRA, POCCARD-CHAPUIS, 2020). Outros autores discutiram outros aspectos da realidade histórica e social relacionada ao desmatamento em São Félix do Xingu-PA (p. ex., ANDRADE, 2022; SOUZA et al., 2020; TRINDADE, SOUTO, BELTRÃO, 2019).

No contexto dessa literatura, esse artigo busca contribuir com a discussão sobre o desmatamento da Amazônia com foco específico nas relações sociais responsáveis por produzir a destruição local do bioma. Partindo da leitura da literatura disponível, o trabalho procura sintetizar as melhores informações e análises realizadas sobre a devastação da natureza em São Félix do Xingu-PA e organiza-las numa narrativa histórica focada na compreensão sociológica sobre as relações vivenciadas no município entre 1985 e 2010.

A pesquisa que deu origem ao artigo é a investigação levada a cabo durante o meu processo de doutoramento. Por essa razão, o trabalho reproduz parcialmente trechos da tese de doutorado (ANDRADE JÚNIOR, 2020).

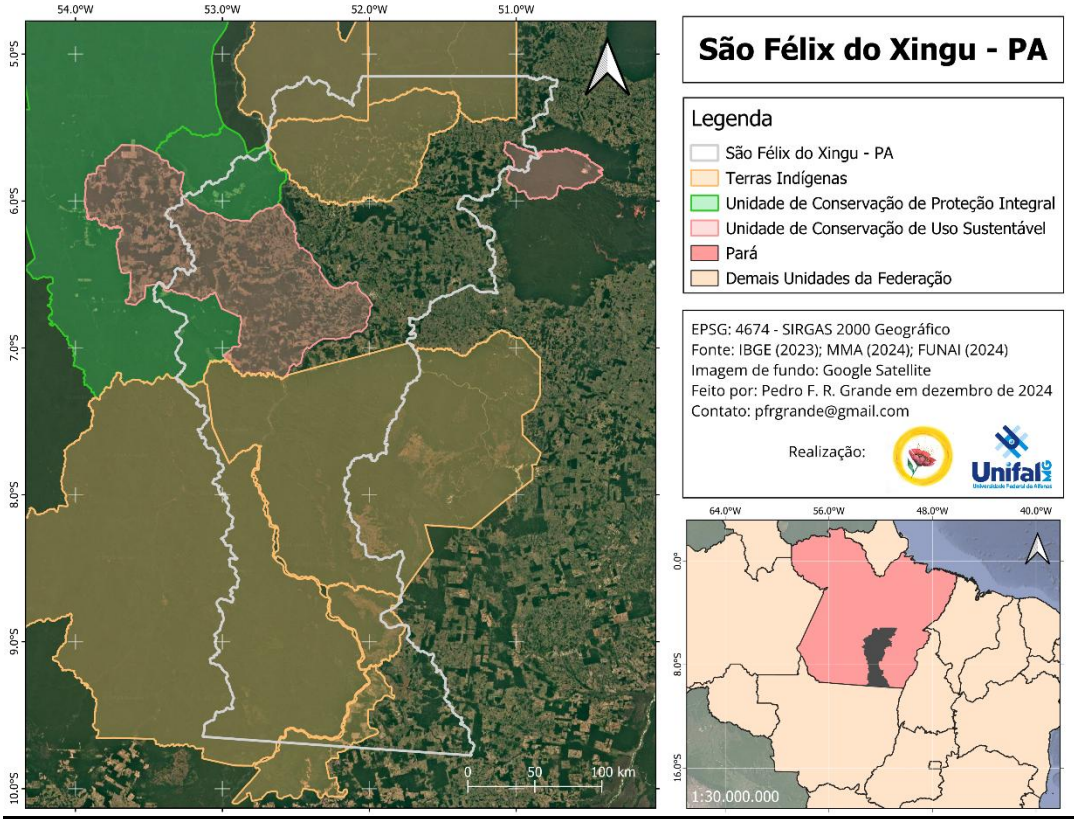
O artigo está estruturado em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção de desenvolvimento, intitulada "Métodos e Técnicas de Pesquisa", o referencial teórico utilizado na pesquisa é apresentado com mais detalhes, ao mesmo passo em que são caracterizadas as principais técnicas de pesquisa utilizadas. Na mesma seção apresenta-se informações complementares sobre o município objeto do estudo de caso. Na segunda seção de desenvolvimento, intitulada "Início do Desmatamento Sistemático", analisa-se o período situado entre a metade da década de 1980 e a metade da década de 1990, caracterizando as relações sociais que materializaram o começo da devastação no município. A terceira seção de desenvolvimento intitula-se "Devastação Produtivista e Destruição da Natureza" e nela realiza-se a discussão sobre a intensificação do desmatamento e sua associação com a exploração pecuária e madeireira no período situado entre a metade da década de 1990 e o final da década de 2000. Por fim, a seção "Desmatadores: Violência, Exploração e Prestígio", discute para o mesmo período histórico da seção anterior, a conjugação entre violência sistemática, exploração intensiva do trabalho e criação de redes de dependência econômica e social no processo de materialização do desmate.

Métodos e técnicas de pesquisa

Realiza-se neste artigo um estudo de caso sobre o desmatamento no município de São Félix do Xingu-PA no período situado entre 1985 e 2010. São Félix do Xingu-PA é um município que possui, segundo dados do Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma população total de 65.418 pessoas,

densidade demográfica de 0,78 habitante por km², produto interno bruto (PIB) anual per capta de R$11.939,09 (2020) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,594 (IBGE, 2023b). Trata-se de um município do bioma Amazônia que possuía em 2022 o total de 69,34% do seu território coberto por florestas, totalizando 58.418,4 km² (INPE, 2023).

Figura 1. Município de São Félix do Xingu – PA



Fonte: IBGE (2023), MMA (2023) e FUNAI (2024)

O município foi formalmente criado em 1961 (Lei estadual do Pará n. 2.460/1961). Os seus limites territoriais contemporâneos foram definidos em 1988, após o desmembramento de Ourilândia do Norte-PA (Lei estadual do Pará n. 5.449/1988) e Tucumã-PA (Lei estadual do Pará n. 5.455/1988). A região foi historicamente ocupada por diversos povos ameríndios, com destaque para os Kayapó, os Parakanã e os Araweté. A primeira ocupação econômica expressiva na região deu-se pela extração da borracha, a partir de 1889. Com a desagregação da produção e a miscigenação com nativos, uma população tradicional ribeirinha

autodenominada "beiradeira" foi formada, ainda num período que antecede o desmatamento sistemático do município (ANDRADE JÚNIOR, 2020).

O referencial teórico adotado neste trabalho é a Sociologia Acontecimental, do campo da Sociologia Histórica. Segundo Sewell Jr., a Sociologia Histórica se situa na interface entre a História e a Sociologia. Da perspectiva histórica, ela extrai a percepção do caráter fatídico do tempo; a compreensão sobre a necessária vinculação de cada ato a uma sequência de ações cujos efeitos são profundamente dependentes do seu lugar na sequência; a percepção do caráter contingencial dos fenômenos sociais; e o entendimento da temporalidade social como uma mistura de continuidade e mudança. Da perspectiva sociológica, ela extrai o "pensamento estrutural", na busca de "explicações em termos de um conjunto relativamente limitado de características duradouras, arraigadas e causalmente poderosas do mundo social" (SEWELL JR, 2017). Ainda segundo Sewell Jr., "descrições acontecenciais adequadas dos processos sociais se parecerão mais com histórias ou narrativas bem-feitas do que com leis da física", de modo que "uma sociologia histórica acontecimental se assemelharia cada vez mais à história". Nesse sentido, segundo ele, um dos propósitos principais do cientista social que trabalha com esse referencial é "elaborar uma narrativa convincente sobre por que as coisas aconteceram do modo como aconteceram" (SEWELL JR, 2017, p. 119-120).

As principais técnicas de pesquisa utilizadas para elaboração deste artigo foram análise de documentos, realização de entrevistas e análise de dados secundários.

Foram analisados os bancos de dados de informações jornalísticas da organização Instituto Socioambiental (ISA) sobre as Terras Indígenas (TI) e as Unidades de Conservação situadas em São Félix do Xingu-PA. Além disso, os bancos de dados de alguns jornais específicos foram analisados em busca de notícias sobre o município, com destaque para os jornais "O Globo", "Folha de São Paulo", "O Estado de São Paulo", "O Liberal" e "O Eco" (jornal eletrônico). Relatórios de organizações sociais atuantes na região, especialmente Imazon e Greenpeace, também foram analisados o compõem a lista de documentos objeto de análise. Destaca-se também que houve o desarquivamento dos processos administrativos de demarcação das terras indígenas situadas no município, realizado junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a meu pedido. Esses documentos também foram analisados.

As entrevistas semiestruturadas, por sua vez, foram gravadas com mais de uma dezena de informantes, em pesquisa de campo realizada durante o ano de 2018. Entre as pessoas entrevistadas, destacam-se: três empresários agropecuaristas e representantes de sindicatos rurais patronais; três agricultores familiares e representantes de sindicatos de trabalhadores rurais; dois representantes de organizações sociais ambientalistas; cinco representantes de instituições executivas ambientais; dois representantes de outras instituições executivas; quatro representantes do Ministério Público; um representante da comunidade científica ambiental; e um representante de Cartório de Registro de Imóveis.

Uma vez que o conteúdo das entrevistas referiu-se muitas vezes a atos ilícitos dos próprios entrevistados ou de terceiras pessoas e em virtude da violência sistemática que caracteriza as relações sociais no local, foi feita a opção pelo anonimato das pessoas entrevistadas, havendo referência apenas à profissão desempenhada e uma numeração, no processo de citação direta das entrevistas. Nem todas as entrevistas foram efetivamente citadas neste artigo, mas sua realização foi fundamental para a compreensão do processo histórico vivenciado no município. As entrevistas diretamente citadas foram realizadas com as pessoas referidas como PECUARISTA 1, PECUARISTA 2 e AGRICULTOR FAMILIAR 1.

Por fim, entre os principais dados secundários utilizados neste artigo, é importante citar os dados de desmatamento na Amazônia, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); os dados sobre desmatamento e sobre ocupação florestal e agropecuária na Amazônia da Plataforma MapBiomas; os dados do "Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas"; os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE); os dados da Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE; e outros dados do já referido Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Início do desmatamento sistemático em São Félix do Xingu-PA

Segundo a Plataforma MapBiomas Brasil, no território que hoje pertence ao município de São Félix do Xingu-PA havia, em 1985, 81.651,59 km² de florestas e 1.343,01 km² de formações naturais não florestais, o que equivale a 98,5% da área do município. A ocupação local com agropecuária nesse ano era de apenas 250,08 km², 0,2% da área municipal (MAPBIOMAS, 2023). O desmatamento sistemático ainda

não havia começado na década de 1980, mas a fronteira econômica já tinha alcançado a região.

No começo da década, a principal atividade econômica realizada no local foi a mineração. A Empresa de Mineração Canopus Ltda. foi a principal responsável por realizar a mineração empresarial de cassiterita no local entre 1982 e 1992, com o ápice da exploração tendo ocorrido entre 1983 e 1988. No final da década de 1980, a exploração de madeira, o garimpo e a implantação de monoculturas agropecuárias tornaram-se as atividades econômicas mais importantes na região (WEIGAND JR.; PINTO, 2015, p. 52-53).

Segundo Castro, Monteiro e Castro, em São Félix do Xingu-PA, "em 1993 a atividade principal já era a madeira", que, "como as atividades extrativistas da mineração e do jaborandi, capitalizaram para outras atividades, inclusive a pecuária". Ainda segundo eles, "a relação entre a atividade madeireira e a pecuária é orgânica", uma vez que o desmatamento sistemático para implantação dos pastos é precedido da extração das madeiras nobres das áreas e há fluxo de capitais entre as atividades, com a exploração da madeira sendo utilizada para financiamento da atividade pecuária (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004, p. 44). Assim, conforme avançou a extração madeireira nos limites do município de São Félix do Xingu-PA na década de 1990, a pecuária também cresceu (CASTRO, 2005, p. 27).

A principal espécie de madeira buscada pelos extratores na década de 1990 foi o mogno, um tipo de árvore tipicamente encontrado "em manchas dispersas nas florestas com densidade inferior a um indivíduo por hectare" e "nessas manchas, o mogno pode ocorrer em agregações de algumas dezenas até centenas de indivíduos, geralmente intercaladas por extensas áreas de floresta sem a presença dessa espécie" (GROGAN; BARRETO; VERÍSSIMO, 2002, p. 12). Sua extração expandiu-se gradativamente pelo município, para oeste do rio Xingu.

A identificação das áreas com presença de mogno era feita por sobrevoo e as madeireiras realizavam as aberturas na floresta, necessárias para a extração, formando uma extensa malha viária de estradas clandestinas. Os ocupantes irregulares de terras públicas, grandes e pequenos, aproveitavam essa malha viária para adentrar territórios de difícil acesso, após a extração da madeira (ou mesmo durante essa extração), e estabelecer ocupações agropecuárias em terras públicas. As áreas assim ocupadas passavam a ser inseridas no mercado local de compra e venda

de terras, sem qualquer documentação estatal (ANDRADE JÚNIOR, 2020). Segundo um posseiro rural do município desse período:

> Na época não tinha título, não tinha nada, nunca teve, até hoje. Eles chegava lá, passavam para venda, fazia umas aberturinhas, uma aqui outra ali, um quintalzinho, coisa de nada: era dono! Eles cercavam e era dono. Aqui foi gerado, aqui, desse jeito. Foi criado o município de São Félix, as fazendas, foi desse jeito. Eles entravam grilando e montava ali uma casinha, fazia ali um quintalzinho, eles eram donos. Cercava e aí você comprava aquele direito deles e passava para dentro e ia trabalhar. (PECUARISTA 1, entrevista, 2018)

Castro, Monteiro e Castro explicam que, em São Félix do Xingu-PA, durante esse período inicial de ocupação das terras, "as pessoas que chegam acabam por se instalar e criar uma 'legalidade particular', para preencher o vazio da legalidade oficial". Segundo eles, "nesse vazio, todos vendem a madeira, de forma clandestina, do pequeno ao grande" e "a madeira é de longe o que mais aquece a economia e permite transferir ganhos para outras atividades como a pecuária" (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004, p. 23).

Os agentes que capitaneavam ações mais numerosas de abertura de estradas e de compra e venda de terras ocupadas adquiriam localmente grande prestígio, constituindo-se em protagonistas nas mediações políticas e econômicas a nível regional. Na ausência das instituições estatais, eram esses atores os responsáveis pela abertura de estradas que permitem o acesso de pequenos e grandes posseiros para suas áreas de ocupação e o escoamento de suas mercadorias. Eles também intermediavam relações de compra e venda de terras, empregavam posseiros de baixo poder aquisitivo em trabalhos agropecuários e intermediavam a migração de contingentes de trabalhadores rurais para a região. Essas ações garantiam a eles grande influência regional (ANDRADE JÚNIOR, 2020).

Esse prestígio e o poder de mediação política e econômica desses agentes são enaltecidos por esse depoimento de um posseiro de São Félix do Xingu-PA:

> Ele foi pegando aquelas terras. Então, qual que é o nome que eles dão para um cara desse? Grileiro. Um cara desse é chamado de grileiro, tá, por uma parte da sociedade. Então, foi aquele tanto de gente para lá e cada dia que você pensar, cada ano que você vê, São Félix vai esticando. As pessoas vão andando, não conseguem parar. Os caras vão pegando mais áreas e vão pegando. E esses caras, por uma parte da sociedade, eles são considerados grileiros. Pela aquela sociedade lá de São Félix, que aí envolve o comércio, envolve isso e aquilo, esses caras são heróis, né. Então, o que é grileiro para quem está na cidade,

> para quem está em Belém, ou em São Paulo, ou está em Brasília, o cara chama de grileiro. Para aquele município onde esse cara está atuando, ele é um herói. (PECUARISTA 2, entrevista, 2018)

Esses processos de predação da natureza e ocupação das terras ocorreram nesse período com a participação ativa de instituições estatais, que agiram na abertura da malha viária principal que conectou o município aos polos regionais[2], concederam incentivos econômicos e fiscais[3], e realizaram outras ações de estímulo material e simbólico à ocupação exploratória do território. Mais de 60% dos ocupantes rurais de Terra do Meio, região situada entre os municípios de São Félix do Xingu-PA e Altamira-PA, a oeste do rio Xingu, entrevistados em pesquisa de Taravella e de Sartre, declararam, por exemplo, que promessas realizadas por representantes do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), instituição executiva responsável pela regularização fundiária nesse estado, em reunião presencial realizada entre 1993 e 1994, influenciaram fortemente seus planos de investir na região (TARAVELLA; DE SARTRE, 2012, p. 652). Esse fato evidencia a participação ativa de um núcleo de poder estatal no estímulo à desordenada e predatória ocupação de terras públicas na região.

Outra faceta permanente das relações sociais locais nesse período inicial de ocupação predatória da natureza foi o recurso a violência. Ameaças, atentados à vida e mortes marcaram as relações entre os ocupantes do território nos recorrentes conflitos agrários ocorridos em São Félix do Xingu-PA nesse período. O local era um território marcado pela "pistolagem". Segundo Edna Castro, São Félix do Xingu-PA tem "uma história de violência e conflitos", estando "entre os municípios paraenses com maior número de conflitos desde os anos [19]80" (CASTRO, 2005, p. 26).

Depoimentos reunidos no Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Pardo, relativos à região de Terra do Meio, situada na confluência entre São Félix do Xingu-PA e Altamira-PA, a oeste do rio Xingu e a leste do rio Iriri, evidenciam a violência que pautou muitas das disputas pela terra. Segundo um ocupante tradicional da região, na década de 1990 grileiros avançaram truculentamente sobre áreas que eram inseridas na extração da borracha. Um deles afirmou: "[Eles]

[2] Segundo Schmink e Wood, a abertura da estrada principal entre São Félix do Xingu-PA e Xinguara-PA deu-se, ainda precariamente, em 1983 (SCHMINK; WOOD, 1992, p. 285), ano em que também foi inaugurada a primeira linha rodoviária intermunicipal (NUNES, 1998, p. 45).
[3] Estudo de Taravella e de Sartre caracteriza e discute a importância dos incentivos fiscais para ocupação da região de São Félix do Xingu-PA (TARAVELLA; DE SARTRE, 2012, p. 652).

chegavam para as famílias [e perguntavam]: o senhor quer vender a terra, que ficou dentro da nossa área e tal? O senhor quer vender ou quer que a viúva venda? E aconteceu muito, os cabras iam pra cidade e matavam na cidade mesmo. E a mulher já ia embora, sabia que tinha que vender.". Outro depoimento, no mesmo sentido: "Era com pistolagem, porque a gente não tinha punição. Camarada ia denunciar, a denúncia não saía nem da cidade" (NEIVA; BRUSNELLO; MENDONÇA, 2015, p. 62-63).

A violência sistemática contra os povos ameríndios, especialmente Parakanã e Kayapó, também foi um componente presente no processo histórico de expansão da fronteira econômica, com tentativas frequentes de invasão de seus território e uso sistemático de estratégias de intimidação e confronto. Os povos ameríndios resistiam e os conflitos frequentemente terminaram em mortes (ANDRADE JÚNIOR, 2020).

Há relatos também de ocorrência no local dos primeiros casos de trabalho escravo contemporâneo, modo de exploração utilizada especialmente nas iniciativas de desmatamento das florestas e em outras ações de formação das grandes fazendas de pecuária na região. Uma notícia veiculada no jornal "O Estado de S. Paulo", em 1987, ilustra a associação entre desmatamento e trabalho escravo em São Félix do Xingu-PA, nesse período:

> Trabalhadores rurais contratados para derrubar matas estariam sendo impedidos de deixar a fazenda por homens armados que prestam serviços aos fazendeiros. Um dos trabalhadores, Vicente Rodrigues da Silva, 17 anos, contou que, ao final do trabalho, "os peões pouco recebem em dinheiro porque são obrigados a comprar tudo na cantina da fazenda, a preços elevados, comprometendo assim o salário que receberiam. O caso mais grave, segundo Vicente, ocorreu em maio [de 1987], quando dois irmãos tentaram fugir e foram amarrados em uma mangueira. Eles foram espancados – sendo que José teve costelas e dentes quebrados – "e tiveram que engolir café fervendo e uma xícara de pimenta. Depois, os dois irmãos foram mandados embora e José apareceu morto numa estrada de acesso à fazenda", relatou Vicente. ("Trabalho escravo, mais uma denúncia no Pará", 1987)

Essa associação entre desmatamento e trabalho escravo é consistente com a realidade amazônica em geral, uma vez que a vinculação é uma constante na ocupação desse bioma desde a década de 1970. Segundo José de Souza Martins, "dados acumulados até 1995 indicavam que, na Amazônia, 72,7% dos peões [escravizados] eram empregados no desmatamento da floresta virgem para posterior

formação de pastagens para o gado". Ainda segundo o autor, o que ocorre é a utilização do trabalho escravo numa "situação de acumulação primitiva", na qual há a produção "dos meios de produção a serem utilizados pelo capitalista na produção de mercadorias" (MARTINS, 2016, p. 81-83).

Em síntese, o início do desmatamento sistemático em São Félix do Xingu-PA deu-se a partir de um conjunto de práticas ilegais combinadas, que incluem a extração irregular de madeira, a grilagem de terras públicas, o desflorestamento não autorizado para implantação de pecuária e a utilização de trabalho escravo.

A absoluta irregularidade fundiária manteve-se a tônica de toda a área ocupada de São Félix do Xingu-PA na década de 1990. Segundo Schmink e Wood, nem mesmo a área urbana do município encontrava-se regularizada, não havendo documentação formal juridicamente válida nem mesmo para os lotes distribuídos pela Prefeitura Municipal para construção de casas em projetos habitacionais (SCHMINK; WOOD, 1992, p. 286).

A ausência de efetividade da repressão estatal ao desmatamento era total, nesse período. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) realizou a primeira atuação formal no município em 1993, com a segunda ocorrendo em 1994. Essas ações tiveram poucas consequências sociais nos anos 1990. Não havia instituição executiva ambiental de âmbito estadual, tampouco havia instituição executiva ambiental de âmbito municipal em São Félix do Xingu-PA, no período.

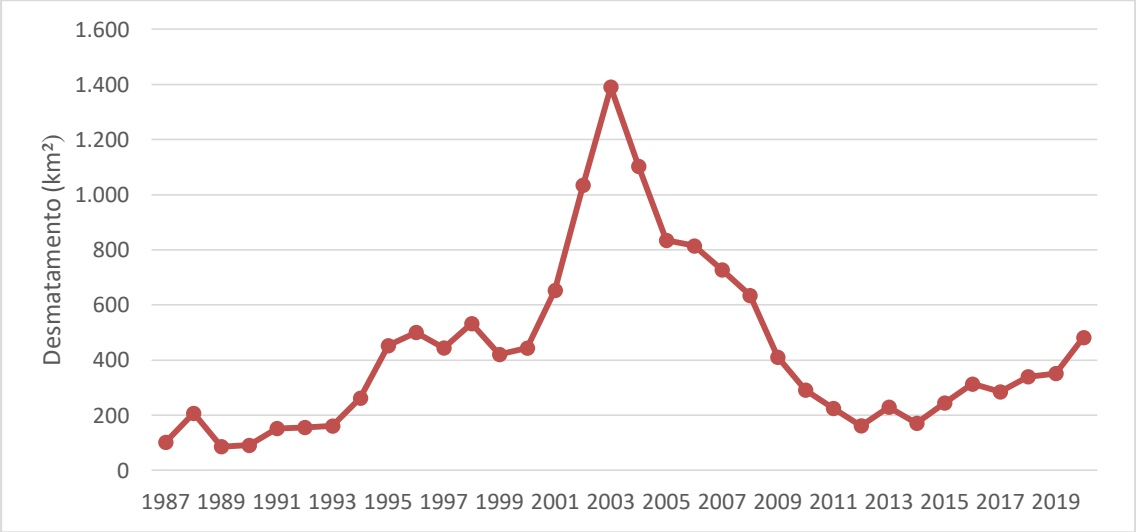
Algumas políticas federais de desestímulo à predação do mogno foram tentadas no Brasil na década de 1990, como o estabelecimento de "cotas de exportação" (GROGAN; BARRETO; VERÍSSIMO, 2002, p. 32) e a "autorização para transporte de produtos florestais" (COTTON; ROMINE, 1999, p. 9). Mas elas não foram efetivas para frear a destruição da natureza em São Félix do Xingu-PA. Na verdade, a destruição estava apenas no seu início.

Devastação produtivista e destruição da natureza

Até 1993, o ritmo de devastação da natureza em São Félix do Xingu-PA ficou abaixo de 200 km² por ano, em média. A partir de 1994, verificou-se um crescimento da destruição, com o ritmo anual de desmate sendo mantido acima de 400 km² até

2000. O auge da devastação produtivista ocorreu entre 2001 e 2008, quando houve desmate anual sempre acima de 600 km². O recorde histórico foi registrado em 2003, quando foram desflorestadas 1.391 km² de vegetação nativa. Os dados são do MapBiomas Brasil e estão no Gráfico 1.

Gráfico 1. Desmatamento anual em São Félix do Xingu-PA (1987-2020)



Fonte: MapBiomas Brasil

Segundo estudo desenvolvido sobre o desmatamento na região de São Félix do Xingu-PA, 48,6% das áreas de vegetação nativa eliminadas entre 2001 e 2008, o equivalente a 4.344,96 km², foram ocupadas por produtores considerados "grandes" ou "muito grandes". Os produtores considerados "médios" por este estudo responderam pela devastação de 2.452,86 km² (27,4% do total do desmatamento da área englobada no estudo), enquanto os "pequenos", caracterizados pela mão de obra familiar, foram responsáveis pela eliminação de 2.154,52 km², equivalentes a 24% da área regional englobada na pesquisa (MACEDO *et al.*, 2013, p. 104).[4] Portanto,

[4] O estudo realizado engloba uma área que abrange o município de Tucumã-PA e parte dos municípios de São Félix do Xingu-PA, Marabá-PA, Parauapebas-PA, Água Azul do Norte-PA, Ourilândia do Norte-PA e Altamira-PA. São Félix do Xingu-PA abrange 51% da área do estudo. Segundo os autores, as categorias de ocupação da terra "muito grande", "grande", "médio" e "pequeno" foram definidas conforme o tipo de abertura realizada na floresta. Para eles, são: 1) pequeno: "pequenos agricultores, que desenvolvem atividades agropecuárias, subsidiadas pela mão de obra familiar [...] em propriedades que variam entre 50 e 100 ha, mas que podem chegar até 300ha"; 2) médio: "produtores rurais que não dependem de mão de obra familiar" e que "geralmente possuem outra fonte de renda oriunda de atividades relacionadas à criação de gado e também na renda gerada pela especulação da terra", com áreas variando "de 100 a 2.000 ha"; 3) grande: "em sua maioria desenvolvem atividades ligadas à pecuária bovina" com a realização de aberturas na floresta "maiores que 100 [hectares] e

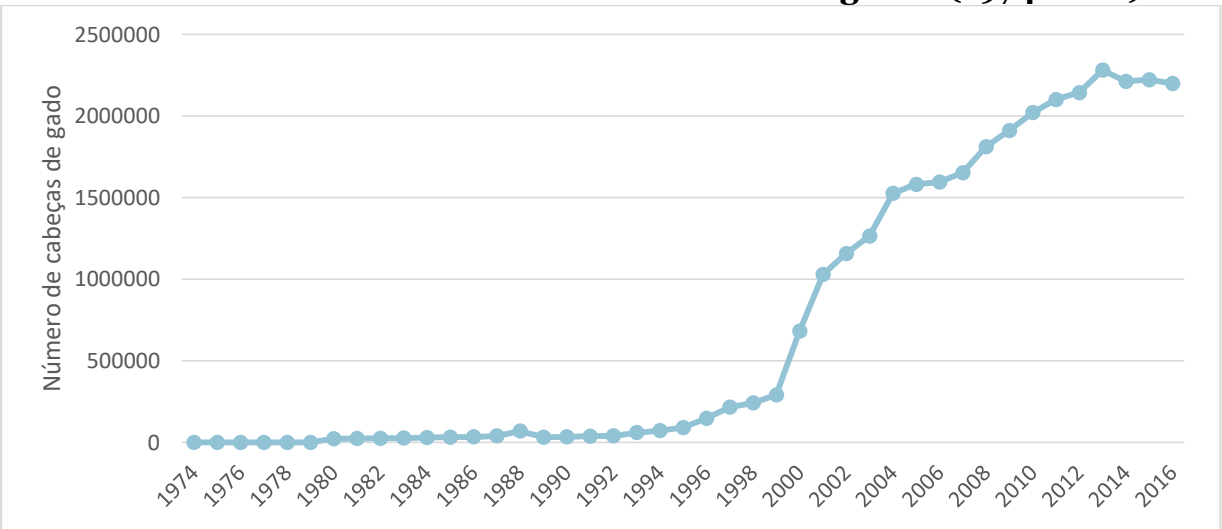
foram os agentes produtivos de maior capacidade econômica os principais responsáveis pelo desmatamento regional nesse período.

A destruição sistemática da natureza que marcou a década de 2000 em São Félix do Xingu-PA ocorreu, em sua maior parte, para instalação de pasto para pecuária bovina no município. M. Escada e coautores indicam entre as razões para a preferência da ocupação da terra desmatada em São Félix do Xingu-PA com a pecuária: as "características biofísicas apropriadas para formação de pastagens e criação de gado (chuvas suficientes e bem distribuídas, ausência de baixas temperaturas, solos apropriados etc.)"; o "elevado grau de organização da cadeia produtiva da pecuária, que permite o preço estável dos produtos e acesso facilitado aos mercados"; o "simples e eficiente pacote tecnológico que permite a obtenção de um certo lucro e, acima de tudo, a garantia da posse da terra, para posterior legalização"; e o "acesso a extensas terras públicas e condições que permitem sua apropriação ilegal" (ESCADA *et al.*, 2005, p. 14).

A correlação entre destruição da floresta e expansão do rebanho bovino em São Félix do Xingu-PA é notável. O município foi alçado à posição de município com o maior rebanho bovino do Brasil na década de 2000, no mesmo período em que a destruição florestal atingiu seu auge. O Gráfico 2, com dados do IBGE, evidencia o crescimento expressivo da pecuária bovina no município, cujo auge foi vivenciado entre 1999 e 2005, quando houve um aumento de 443% na quantidade de cabeças de gado presentes em São Félix do Xingu-PA, que passaram de 291.243, em 1999, para 1.581.518, em 2005.

inferiores a 500 ha"; 4) muito grande: "donos de grandes fazendas e empresas agropecuárias", "ligados diretamente a atividades de pecuária bovina", com desmatamento em áreas "maiores de 500 ha". (MACEDO *et al.*, 2013, p. 100-104)

Gráfico 2. Rebanho bovino em São Félix do Xingu-PA (1974-2016)



Fonte: IBGE

Segundo Castro, a ação dos grandes e médios pecuaristas dava-se, em regra, por meio da atuação "em grupos que lembram o modo de funcionamento de um condomínio", o que ocorria tanto na aquisição das terras e na ocupação das terras devolutas, quanto na realização dos atos produtivos posteriores à formação das fazendas, no processo de gerenciamento e manutenção das atividades produtivas (CASTRO, 2005, p. 27).

Segundo Castro, Monteiro e Castro, "os pecuaristas mais antigos na região lideram e ordenam a ocupação com amplos poderes sobre o território". Eles "tornam-se referência, conselheiros e agentes no mercado de terras, articulando os diversos atores, ordenando territórios, destinando áreas de terras para contingentes de novos ocupantes e abrindo novas estradas para uma ocupação mais estável" (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004, p. 31).[5]

Para esses fazendeiros, as florestas eram vistas como "um empecilho à valorização da terra, um obstáculo a ser vencido, para agregar valor à terra pela introdução de pastagem" (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004, p. 54). Por isso a demanda permanente pelo desmatamento sistemático, que foi realizado, na década de 2000, do seguinte modo, em regra:

[5] Os autores citam, entre os agentes produtivos com os maiores rebanhos do município na metade da década de 2000: "a fazenda Belauto, a família Acioli, a Fazenda Jaú e Wilmar Prudente", além da família Quagliatto. José Teixeira Acioli é referido como o "maior pecuarista do município", nesse período. (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004, p. 23 e 27)

> No primeiro ano é feita a derrubada das árvores de menor porte. O capim é plantado ao mesmo tempo em que há o desmatamento – um trabalhador fica junto ao trator, jogando as sementes, enquanto este faz o trabalho de "limpeza". O capim leva certo tempo para crescer. Um ano após o plantio do pasto por debaixo das árvores, o gado é introduzido na área. [...] O capim é queimado no segundo ano, provocando uma segunda "limpeza" na floresta. As árvores de médio porte são destruídas nesse momento, sobrando apenas aquelas que são de grande porte. O capim queimado, por não perder as suas raízes no fogo brota novamente, o que permite que mais uma vez o gado seja colocado para pastar na área assim degradada. No terceiro ano, é feita mais uma queimada que destrói de vez o que restou da floresta inicial. [...] Neste caso específico do desmatamento com o uso de tratores de esteira, usados para colocar abaixo as árvores de pequeno porte e o simultâneo plantio de capim percebe-se que se trata de uma técnica que foi experimentada e difundida em pequenos círculos de pessoas, grandes e médios proprietários que detêm a maioria das terras em torno da cidade de São Félix do Xingu, que a implementaram rapidamente e em grande escala. (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004, p. 40-41)

As áreas devastadas eram, praticamente em sua integralidade, terras públicas devolutas, incorporadas por meio da grilagem aos processos de predação da natureza. Segundo Castro, Monteiro e Castro, essa "grilagem em grande escala" envolvia "grandes e pequenos agentes, especuladores, informantes e pistoleiros", tendo sido "favorecida pelo Estado e vigiada com uma segurança privada" (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004, p. 32).

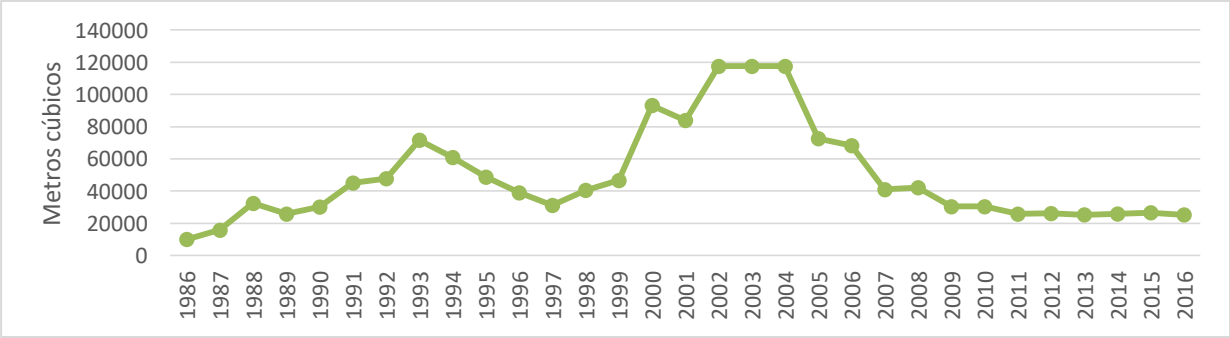
A intensidade das ações gerou o rápido aquecimento do mercado de terras do município, incentivando a intensificação dessas atividades, em virtude da grande rentabilidade vinculada ao ataque aos ecossistemas de vegetação nativa. Segundo um fazendeiro de São Félix do Xingu-PA, em entrevista realizada na elaboração dessa pesquisa, a especulação imobiliária era bastante alta e a atividade, mesmo ilegal, envolvia baixo risco:

> O negócio dá muito dinheiro, você entendeu? Desmatar é um negócio rentável. [...] A conta é muito simples: você pega em São Félix, custa no máximo, aí, uns 400 reais um hectare de floresta. Então, você paga 400 reais em um hectare e você gasta... Vamos falar que você gasta, aí, mais 1.000 reais para poder jogar uma semente, né, desmatar aquilo e jogar uma semente de capim. Então, fica por 1.400 [reais], por 1.500 reais o hectare [de terra desmatada e com capim]... Um investimento que você faz, tá... Esse hectare, nesses três primeiros anos, até cinco anos, ele trabalha com três cabeças [de gado] por hectare. Então, se você pegar três cabeças hoje para alugar um pasto, né, para uma cabeça custa em torno de 25 reais por cabeça por mês. Então, você tem três cabeças, são 75 reais. Vezes doze meses: você tem 900 reais. Então, com dois anos, alugando um pasto, você tira

> todo o seu investimento... O dinheiro que você colocou, você tira ele com dois anos! Então, é muito rápido isso! E aí você ainda corre o "risco", né, de ter comprado isso aí por 1.500, e ele valer 6 [mil reais], 5 ou 6 [mil reais]. Então, você tem a valorização desse patrimônio, tá... Você paga aquele investimento com aluguel... Com aluguel! [...] Então, assim, é um negócio fantástico, é muito dinheiro que dá... Mil reais vira seis [mil reais] e não para... [...] O risco [do negócio], ele é muito atraente, você entendeu? Então, as pessoas vão mesmo... O negócio é de alto lucro, com risco muito pequeno. Os caras vão e entram mesmo... (PECUARISTA 2, entrevista, 2018)

A associação entre a constituição de novas áreas produtivas e a extração madeireira, expressa por meio da retirada das madeiras previamente à queima das florestas e por meio da migração dos capitais obtidos com a madeira para a pecuária, gerou a concomitância entre o auge da expansão do rebanho bovino em São Félix do Xingu-PA e o auge da extração madeireira. Como evidencia o Gráfico 3, o período entre 1999 e 2005 também foi o pico da extração de madeira em tora no município. Estimativas citadas por relatórios do Greenpeace indicam que 80% da madeira extraída da Amazônia no final da década de 1990 e início da década de 2000 tinha origem ilegal (COTTON; ROMINE, 1999, p. 6 e 9; GREENPEACE, 2001, p. 2). Portanto, a quantidade de madeira extraída de São Félix do Xingu-PA nesse período tende a ser muito superior do que o que foi contabilizada pelo IBGE. Em vista disso, os dados oficiais servem somente para entender a tendência geral do mercado madeireiro, uma vez que o volume de extração certamente foi certamente superior aos dados oficializados.

Gráfico 3. Extração de madeira em tora de São Félix do Xingu-PA (1986-2016)



Fonte: IBGE

A extração madeireira é um "empreendimento muito caro", implicando em "mobilizar um maquinário possante (caminhões, tratores, carretas, motosserras etc.), ter recursos para pagamentos de serviços também caros, como frete de avião ou de helicópteros, balsas e barcos" para escoamento da madeira, além de custos para abertura das estradas na floresta e para extração em locais de difícil acesso (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004, p. 45).

Por isso, sua compreensão exige a vinculação entre os agentes locais que empreendem diretamente as ações ilegais de devastação da natureza e os agentes que financiam essas atividades, vinculados a cadeias nacionais e internacionais de consumo da madeira. Segundo Castro, Monteiro e Castro, "o financiamento da exploração está, sobretudo, no estabelecimento dos elos entre a extração e o mercado internacional", de modo que as atividades de devastação acabam sendo financiadas por agentes aparentemente desvinculados da prática direta das ilegalidades (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004, p. 48).

Os dois agentes produtivos principais do mercado regional de extração madeireira de São Félix do Xingu-PA eram, na década de 2000, Osmar Alves Ferreira e Moisés Carvalho Pereira, que ostentavam o título de "reis do mogno". Eles estavam vinculados, segundo o Greenpeace, a pelo menos cinco empresas exportadoras, que controlariam cerca de 80% das exportações de madeira do Pará nesse período: Exportadora Peracchi, Tapajós Timber, Semasa, Madeireira MCP e Juary/Jatobá. Entre as principais importadoras, por sua vez, estavam as empresas Aljoma Lumber, DLH Nordisk, J Gibson Mcllvain Co. Ltd. e Intercontinental Hardwoods, responsáveis, segundo o Greenpeace, por 80% do comércio do mogno. Entre os agentes produtivos internacionais que comercializavam, na década de 2000, produtos madeireiros oriundos de extração irregular da região de São Félix do Xingu-PA, o Greenpeace destacou, em relatório sobre o tema: Furniture Brands International, LifeStyle Furnishings International, Stickley, Kindel e E J Victor (Estados Unidos); Harrods e John Lewis Partnership (Reino Unido); e International Design Centres (Japão) (GREENPEACE, 2001, p. 2-10).

Há, assim, uma vinculação direta entre a devastação produtivista operada nas florestas de São Félix do Xingu-PA e grandes agentes produtivos internacionais.

Em síntese, em São Félix do Xingu-PA na década de 2000, a pecuária de grande porte foi a atividade econômica predominante, responsável principal do

desmatamento em larga escala. A associação entre constituição das novas áreas de produção e extração madeireira, com a retirada das madeiras nobres antecedendo o desmatamento sistemático para implantação dos pastos e com os capitais acumulados na atividade madeireira, muitos dos quais de origem internacional, sendo aplicados na bovinocultura, manteve-se vigente no município. Os anos em que houve mais desmatamento em São Félix do Xingu-PA são os anos em que houve maior expansão da produção bovina e o auge do comércio madeireiro. A especulação imobiliária, por sua vez, passou a também ocupar um lugar de destaque entre as motivações dos empreendimentos de devastação, uma vez que houve crescimento elevado das transações sem lastro legal no município, durante a década de 2000.

Desmatadores: violência, exploração e prestígio

A articulação entre desmatamento sistemático, violência e "pistolagem" também se manteve presente nos processos sociais de concretização do ataque à natureza em São Félix do Xingu-PA na década de 2000. Notícia do jornal Folha de São Paulo, de 2003, descreve São Félix do Xingu-PA como "uma cidade sem lei, onde homens andam armados na rua sem ser incomodados pela polícia e a maioria das pessoas vive assombrada pelo medo". A notícia cita, também, relatório do Ministério Público Federal que apontou o pecuarista e madeireiro João Cleber de Sousa Torres como o principal "mandante dos crimes por disputas de terras em São Félix do Xingu", responsável pela "invasão, ocupação e grilagem de terras públicas" (SIMIONATO, 2003). Ele viria a ser eleito prefeito de São Félix do Xingu-PA em 2012.

Notícia do jornal O Globo, de 2007, afirma que em São Félix do Xingu-PA "ainda se assina termo de bom-viver", um "instrumento jurídico arcaico em que dois inimigos se comprometem, perante uma autoridade, a não fazer mal um ao outro". Nesse município, segundo a notícia, "os motoqueiros foram dispensados de usar capacete, que dificultava a identificação dos pistoleiros"[6]. A notícia relata, ainda, a conivência entre as autoridades policiais e os grandes fazendeiros, de modo a

[6] Quando realizei a pesquisa de campo em São Félix do Xingu-PA em 2018, o não uso de capacetes por motociclistas ainda era a regra e a explicação que os motociclistas me deram sobre a razão da não utilização ainda era a mesma: determinação da autoridade policial para facilitar o reconhecimento das pessoas, em virtude do número elevado de assassinatos cometidos por pessoas em motos.

perpetuar a impunidade na "terra do bangue-bangue". Ela descreve a região como a que "melhor representa o modelo de violência da Amazônia, baseado na quase absoluta ausência do poder público para intermediar o conflito agrário", num local onde "o poder que manda é o do dinheiro e o do revólver" (AWI, 2007).

A violência contra os povos ameríndios da região também prosseguiu como um componente do processo de relacionamento entre fazendeiros e madeireiras e a parcela majoritárias desses grupos, que não anuía com a exploração predatória das terras indígenas, nesse momento histórico já demarcadas. Ameaças, conflitos verbais, disputas físicas e até mesmo mortes continuaram presentes na interação dos Kayapó e dos Parakanã com os grupos econômicos da região (ANDRADE JÚNIOR, 2020).

Outra manifestação comum dos recursos utilizados pelos agentes regionais mais poderosos para imposição de suas vontades sobre os outros atores regionais nesse período foi a exploração por meio de situações de trabalho escravo contemporâneo. A utilização de trabalho escravo, adotada de modo sistemático nessa região do país, especialmente em atividades vinculadas ao desmatamento e à constituição das fazendas, é, segundo Castro, Monteiro e Castro, "um dos fatores fundamentais nos baixos custos de produção nessas áreas" (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004, p. 31).

Uma reportagem do jornal eletrônico "O Eco" traz um relato que ilustra a dinâmica de associação entre os fazendeiros da região para utilização de mão-de-obra cativa. Segundo a reportagem, que se baseia no depoimento de um fazendeiro da região:

> [...] 'em São Félix do Xingu, os fazendeiros formavam consórcios para contratar peões para desmatar e abrir fazendas na floresta amazônica'. Cada fazendeiro ia nas pensões da cidade que abrigavam esse pessoal, que vinha, em geral, do Nordeste. Como eles se endividavam por hospedagem, a contratação implicava quitar as dívidas, um adiantamento apelidado de 'abono', o qual selava sem retorno a combinação de trabalho. Ele conta que os peões eram levados a um galpão guardado por seguranças, onde passavam a dormir e comer até que o número desejado de peões fosse alcançado, quando, então, eram conduzidos a uma barca que ia deixando os subgrupos pelas margens do rio Xingu, próximos às áreas de cada contratador. 'Era o que hoje chamam de trabalho análogo à escravidão', diz Jordan. 'Mas sem esse esquema, os peões fugiam com o abono. Não tinha outro jeito'. (apud PEGURIER, E.; ISENSEE E SÁ, 2016)

Entre 2003 e 2010 foram resgatadas, em São Félix do Xingu-PA, 711 pessoas em situação de trabalho escravo, o que posiciona o município em sexto lugar entre os municípios brasileiros com maior número de pessoas resgatadas. O setor econômico mais envolvido com as situações de trabalho escravo foi a pecuária, que responde por 82% dos casos de resgate de pessoas naturais de São Félix do Xingu-PA em situação de trabalho escravo e por 71% dos resgates de pessoas residentes em São Félix do Xingu-PA (SMARTLAB, 2019).[7]

Certamente, um número muito maior de casos ocorreu em São Félix do Xingu-PA durantes os anos 1990 e 2000, sobretudo durante o auge da devastação produtivista, uma vez que esses foram apenas os casos em que houve resgate.

Forjada em condições tão violentas, a estrutura fundiária do município encontrava-se, ao final da década de 2000, caracterizada pela irregularidade e pela ampla desigualdade. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, os estabelecimentos agropecuários grandes e muito grandes, de área superior a 15 módulos fiscais, ocupavam 65,81% da área municipal, embora fossem apenas 4,3% das unidades produtivas. Os estabelecimentos agropecuários médios, de área inferior a 15 módulos fiscais e superior a 4 módulos fiscais, ocupavam 17,46% do território municipal e representavam 7,5% das unidades produtivas. Os estabelecimentos agropecuários pequenos, de área inferior a 4 módulos fiscais, ocupavam apenas 16,74% do município, embora fossem 87,1% das unidades produtivas (IBGE, 2007).

Salvo raríssimas exceções, a imensa maioria desses estabelecimentos agropecuários – muito grandes, grandes, médios ou pequenos – não possuía titulação da terra regularizada, sendo produtos de ocupações ilegais do território, em terras devolutas.

Mesmo nos assentamentos rurais formalizados no município de São Félix do Xingu-PA, a irregularidade e os conflitos mantinham-se presentes, com as terras sendo "objeto da disputa entre fazendeiros e assentados", que "sofrem constantes intimidações para venderem e/ou abandonarem suas terras", segundo Sousa e coautores (SOUSA *et al.*, 2016, p. 57). Castro, Monteiro e Castro chegam a falar na

[7] Em relação ao setor econômico dos resgates, os dados são referentes ao período 2003-2018. O cultivo de arroz responde por 13% dos resgates de naturais do município e por 5% dos resgates de residentes. Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas responde por 6% dos casos de resgates de naturais e fabricação de produtos químicos orgânicos responde por 23% dos casos de resgates de residentes de São Félix do Xingu-PA. Os municípios com maior ocorrência de resgates de pessoas em situação de trabalho escravo no Brasil são, em ordem decrescente: Confresa-MT, Ulianópolis-PA, Brasilândia-MS, Campos dos Goytacazes-RJ e São Desidério-BA (SMARTLAB, 2019).

existência de uma "estratégia articulada entre o INCRA e os fazendeiros locais para utilização dos PAs [projetos de assentamento] como um estágio [de] exploração e de legitimação de posse de terras públicas para a expansão das atividades madeireiras e da pecuária" (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004, p. 32). A devastação produtivista prosseguia mesmo nessas áreas constituídas pelas instituições estatais, com os assentamentos da região tornando-se exemplos da "falha do governo federal em garantir uma reforma agrária que não fosse destruidora do meio ambiente" (SOUSA *et al.*, 2016, p. 57).

Os agentes produtivos envolvidos de modo frequente nessas atividades de desmatamento sistemático e destruição da natureza mantiveram-se inseridos nas relações sociais regionais em posições de grande prestígio na década de 2000. Eles tinham, nas sociedades locais, vastas redes de sustentação para o exercício de seus poderes econômicos e políticos. Essas redes tinham como base as pessoas envolvidas, de modo direto ou de modo indireto, com a atividade econômica ilegal exercida.

O conjunto de pessoas diretamente envolvidas nas atividades de predação é, por si só, bastante extenso, com inúmeros indivíduos executando as tarefas de identificação das madeiras nobres, abertura de estradas, retirada dos espécimes de interesse comercial, transporte da madeira, transporte de pessoal, desflorestamento para implantação das fazendas, plantio de capim, transporte de gado, cuidados com o rebanho, vigilância, etc. Indiretamente, ademais, boa parte da sociedade local se encontrava vinculada à movimentação econômica promovida por esses agentes produtivos: pousadas e hospedarias, restaurantes, serviços administrativos, serviços de topografia, outros serviços agropecuários, comércio de produtos agropecuários, etc (ANDRADE JÚNIOR, 2020).

Segundo M. Escada e coautores, os fazendeiros "usam a mão-de-obra dos colonos, os quais lhes garante um respaldo da população local" (ESCADA *et al.*, 2005, p. 21). Sousa e coautores explicam, no mesmo sentido, que não existem alternativas aos agricultores da região e às comunidades rurais além de "cair nas malhas do clientelismo e da subordinação política aos grandes proprietário", que, "na ausência das agências oficiais, fornecem favores diversos (consertos de estradas, transporte, comunicação, trabalho temporário) e acesso privilegiado aos políticos do município e do Estado" (SOUSA *et al.*, 2016, p. 89).

Por isso, até mesmo saudações messiânicas a esses agentes produtivos eram ouvidas com frequência de pessoas simples das comunidades rurais da região. Nesse sentido, Sousa e coautores declararam ter ouvido que em São Félix do Xingu-PA "é Deus no céu e o fazendeiro na terra" (SOUSA *et al.*, 2016, p. 89). Alarcon e Torres, do mesmo modo, informam que uma "ribeirinha" da região teria relatado que "Jeová de Souza Pimentel – um dos maiores grileiros da Terra do Meio, comprovadamente autor de crimes ambientais e explorador de mão-de-obra escrava – foi 'mandado por Deus'" (ALARCON; TORRES, 2014, p. 61). Segundo o depoimento de um fazendeiro de São Félix do Xingu-PA, nesse mesmo sentido: "você é tratado de bandido e não sei o quê, por muito pouca gente... A comunidade em que você está inserido, onde você está lá, ela te trata como herói! Ela acha que você é um herói, um desbravador!" (PECUARISTA 1, entrevista, 2018).

Esse sólido amparo popular que possuem os agentes produtivos envolvidos mais frequentemente nas ações de devastação produtivista permite que eles ocupem posições privilegiadas nas instituições estatais locais, inclusive mediante acesso eleitoral, o que acaba por lhes fornecer condições para ampliar ainda mais seus poderes econômicos e políticos.

O principal exemplo dessa simbiose entre poder econômico, prestígio social e poder político em São Félix do Xingu-PA deu-se com a eleição de Antônio Paulino da Silva, grande pecuarista e representante político dos fazendeiros, para a Prefeitura municipal, em 1996 e novamente em 2000. Tendo perdido uma eleição em 1992, num momento em que a projeção local dos fazendeiros ainda não era tão grande, ele aproveitou-se da intensificação da ocupação pecuarista na década de 1990 para formar a sustentação eleitoral que lhe permitiu eleger-se e reeleger-se prefeito. A ocupação dessa instituição estatal, por seu turno, permitiu aos pecuaristas aumentar o incentivo público ao setor, com ampliação dos investimentos em construção de estradas e pontes (TARAVELLA; DE SARTRE, 2012), de modo a consolidar a infraestrutura que possibilitou o amplo crescimento da bovinocultura entre 1999 e 2005. Antônio Silva foi eleito prefeito do município novamente em 2008, totalizando três mandatos a frente do Poder Executivo de São Félix do Xingu-PA.

Outro exemplo dessa simbiose, com traços mais perversos, é o já citado pecuarista e madeireiro João Cleber de Sousa Torres, tido como o principal "mandante dos crimes por disputas de terras em São Félix do Xingu" e responsável

pela "invasão, ocupação e grilagem de terras públicas" (SIMIONATO, 2003), que foi eleito prefeito do município em 2012.

Num contexto onde a "cumplicidade entre madeireiras, pecuaristas, poder público local, pequenos posseiros e pequenos proprietários é patente" (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004, p. 14), poder econômico, prestígio e poder político são usados para ampliar as condições locais de dominação e de exploração da natureza, em benefício da devastação.

Além do estímulo direto das instituições estatais municipais, instituições econômicas de âmbito estadual e federal também contribuíram diretamente para a devastação produtivista de São Félix do Xingu-PA nas décadas de 1990 e 2000, por meio do financiamento público ao desmatamento. São inúmeros os relatos de condicionamento do fornecimento de verbas por essas instituições à comprovação do desmate (ANDRADE JÚNIOR, 2020). Segundo um agricultor familiar de São Félix do Xingu-PA, entrevistado:

> A iniciativa era a seguinte, se você tivesse numa terra e não tivesse um pasto... Porque saiu uns projetos de financiamento... Se você tivesse a terra e não tivesse o pasto, você não pegava o projeto! Tinha que mostrar que tinha desmatado, que tinha o pasto, que era para comprar o gado. Tinha uma coisa que um companheiro meu que na época de [19]98, ele falou que queria só plantar o cacau, que não queria gado. É o Marcinho, ele mora aqui em São Félix. Mas ele saiu do projeto do FNO [Fundo Constitucional de Financiamento do Norte], porque o cara, o Américo, que veio de Belém, que era do banco, falou que se não tivesse o gado não saía o projeto... (AGRICULTOR FAMILIAR 1, entrevista, 2018).

Na década de 2000, sobretudo após o lançamento do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAm) em 2004, a atuação ostensiva das instituições executivas federais no combate ao desmatamento também passou a ocorrer em São Félix do Xingu-PA (ANDRADE JÚNIOR, 2020). Essa atuação, combinada com a política de demarcação de terras indígenas e de unidades de conservação vigente desde a década de 1990 e com a vigilância comunitária dos povos ameríndios e populações tradicionais em relação aos seus territórios (ANDRADE JÚNIOR, 2021), são as principais responsáveis pela diminuição do ritmo do desmatamento a partir de 2004, como se observa no Gráfico 1.

O desincentivo ao desmatamento operado por essas instituições estatais federais ocorreu em paralelo com o incentivo empreendido por outras instituições

estatais, configurando um quadro geral de incapacidade do Estado em ordenar uma ocupação territorial regular e sustentável no município de São Félix do Xingu durante a década de 2000.

Considerações finais

Em 2010, ao final do período analisado neste artigo, a quantidade de vegetação natural (florestal e não florestal) em São Félix do Xingu-PA havia diminuído para 69.067 km², o equivalente a 82% da área municipal. A eliminação da vegetação foi de 13.927,6 km² entre 1985 e 2010, 16,5% do município. A área com ocupação agropecuária, por sua vez, era de 13.926,21 km² em 2010, os mesmos 16,5% do município (MAPBIOMAS, 2023). A destruição da natureza havia mudado significativamente a fisionomia do local nesses 25 anos.

Essa mudança ocorreu em virtude da materialização no município de um padrão de ocupação do território e de produção insustentável e injusto, caracterizado pela destruição sistemática da vegetação nativa originária; pela articulação entre exploração madeireira e exploração pecuária; pela articulação entre capitais internacionais e nacionais no financiamento das ações locais; pela violência ostensiva; pela "pistolagem"; pela superexploração do trabalho; pelo emprego corrente de mão de obra em situação de escravidão; pela desigualdade social patente; pela dependência econômica, social e cultural da sociedade regional em relação aos desmatadores, detentores de grande prestígio local; pelo incentivo expresso de inúmeras instituições estatais de nível municipal, estadual e federal ao desmate; e por um estado geral de omissão e de incapacidade do Estado na ordenação territorial regular do local.

Diante desse quadro histórico, não é estranho que atualmente São Félix do Xingu-PA seja um dos 100 municípios brasileiros com pior colocação no índice de desenvolvimento sustentável das cidades no país (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2023). Também não é estranho que o desmatamento tenha seguido vigente no município durante a década de 2010, com a destruição de mais 4.008,1 km² de vegetação nativa no período 2011-2022 segundo dados do programa PRODES (INPE, 2023).

A modificação dessa realidade e a materialização do objetivo de impedir que a Amazônia atinja o "ponto de não retorno" exige que o Estado adote um conjunto amplo de políticas públicas direcionadas a municípios como São Félix do Xingu-PA. É preciso impedir efetivamente novos desmatamentos por meio da atuação repressiva; descapitalizar os infratores impondo sanções econômicas ativas e reais; desestimular a ocupação predatória impedindo a regularização das terras griladas. É preciso proteger as sociedades locais da dependência econômica, social e cultural em relação aos desmatadores, da violência e da superexploração do trabalho. É preciso proteger os povos ameríndios e as populações tradicionais. É preciso incentivar pequenos empreendimentos e regular as relações de trabalho, trazendo para a Amazônia as políticas sociais e tornando o Estado um mediador compatível com o que determina a Constituição Federal de 1988. E é preciso promover a transição produtiva regional em direção a uma bioeconomia da diversidade, uma vez que a monocultura pecuária de larga escala jamais produzirá uma realidade social e ambiental justa.

Como ensinou Karl Marx, fazemos nossa própria história, mas não em condições escolhidas e sim em condições "legadas e transmitidas pelo passado" (MARX, 1977, p. 17). Por isso, conhecer esse passado é fundamental para construir o futuro que almejamos. Nesse texto pretendeu-se contribuir para esse conhecimento, no que tange à Amazônia, por meio de discussão do caso de São Félix do Xingu-PA.

Referências bibliográficas

ALARCON, D. F.; TORRES, M. **"Não tem essa lei no mundo, rapaz!": a Estação Ecológica da Terra do Meio e a resistência dos beiradeiros do alto Rio Iriri** a Estação Ecológica da Terra do Meio e a resistência dos beiradeiros do alto Rio Iriri. São Paulo; Altamira-PA: ISA - Instituto Socioambiental; Amora - Associaçãodos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, 2014.

ANDRADE, L. de N. R. Pacto ou impacto? O caso de São Félix do Xingu. In: REI, F.; RIBEIRO, F. de M. **Mudanças climáticas e confrontação:** experiências nacionais e internacionais**.** Santos: Leopoldianum, 2022. p. 41-58.

ANDRADE JÚNIOR, J. R. P. de. **Devastação ambiental e defesa da vegetação nativa:** Brasil e as regiões de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, 2020.

ANDRADE JÚNIOR, J. R. P. de. Os Kayapó e o ambientalismo: lutas pela terra em São Félix do Xingu-PA (1970-2000). **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 117-136, set./dez. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.22456/1982-6524.117557 .

ANDRADE JÚNIOR, J. R. P. de. Combate ao desmatamento na Amazônia: o caso de São Félix do Xingu-PA (1989-2023). **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 14, n. 2, p. 411-433, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.54446/bcg.v14i2.3511.

AWI, F. O poder do dinheiro e do revólver no Alto Xingu. **O Globo**, p. 14, 20 maio 2007.

CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, p. 5–39, 2005.

CASTRO, E. R.; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. P. Atores sociais na fronteira mais avançada do Pará: São Félix do Xingu e a Terra do Meio. **Papers do NAEA**, v. 180, n. outubro, 2004.

CLAUDINO, L. S. D.; FERREIRA, L. A.; POCCARD-CHAPUIS, R. J. M. Evolução dos sistemas agrários na microrregião de São Félix do Xingu (Amazônia Brasileira): história e questões para pensar o desenvolvimento territorial. **Delos – Desarrolo Local Sostenible**, Chapingo, v. 13, n. 36, p. 283-305, jun. 2020.

COTTON, C.; ROMINE, T. **Face a face com a destruição**. [S. l, s. n.], 1999. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/face-face-com-destruicao-relatorio-greenpeace-sobre-companhias-multinacionais>. Acesso em 8. Ago. 2023.

CRISPIM, S. N. S.; FRABETTI, G. L. Exploração da terra e do trabalho na fronteira agropecuária da Amazônia Oriental: o caso de São Félix do Xingu (PA). **Cadernos CEPEC**, v. 9, n. 2, p. 116-139, dez. 2020.

ESCADA, M. I. S. et al. Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia (o interflúvio do Xingu/Iriri). **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 9–23, 2005.

GREENPEACE. **Parceiros no crime**: a extração ilegal de mogno - a Amazônia à mercê de "acordos entre cavalheiros". [s.l: s.n.], 2001. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/parceiros-no-crime-extracao-ilegal-de-mogno-amazonia-merce-de-acordos-entre>. Acesso em 10 ago. 2023.

GROGAN, J.; BARRETO, P.; VERÍSSIMO, A. **Mogno na Amazônia brasileira:** Ecologia e Perspectivas de Manejo. Belém: Imazon, 2002.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília, 2007. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em 7 ago. 2023.

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?edicao=29151>. Acesso em 8 ago. 2023.

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. Brasília, 2019b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html>. Acesso em 11 ago. 2023.

IBGE. **Censo Demográfico 2022.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 7 ago. 2023.

IBGE. **São Félix do Xingu-PA**. Brasília, 2023b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-felix-do-xingu/panorama>. Acesso em 7 ago. 2023.

INPE. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA AMAZÔNIA E DEMAIS BIOMAS. **Desmatamento – Amazônia Legal** – Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** 2023. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em 11 ago. 2023.

LOVEJOY, T. E. NOBRE, C. Amazon Tipping Point (editorial). **Science Advances**, v. 4, n. 2, fev. 2018.

LOVEJOY, T. E. NOBRE, C. Amazon tipping point: last chance for action (editorial). **Science Advances**, v. 5, n. 12, dez. 2019.

MACEDO, M. R. A. et al. Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará. **Revista NERA**, v. 16, n. 22, p. 96–111, 2013.

MAPBIOMAS. **Projeto MapBiomas** – Coleção 7.1 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. 2023. Disponível em: < https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/cobertura>. Acesso em 9 ago. 2023.

MARTINS, J. DE S. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2016.

MARQUES, L. **O decênio decisivo**: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

NEIVA, A. O.; BRUSNELLO, L. D.; MENDONÇA, F. C. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Pardo**. Brasília: [s.n.], 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/parna-da-serra-do-pardo/arquivos/dcom_plano_de_manejo_parna_serra_do_pardo_18092015.pdf>. Acesso em 8 ago. 2023.

NUNES, W. DA S. **Conversando com o Xingu**. Belém: Unigraf, 1998.

OTCA. Estados Partes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Declaração de Belém. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica>. Acesso em 10 ago. 2023.

PEGURIER, E. ISENSEE E SÁ, M. O procurador que laçou o desmatamento. **O Eco**, 2016. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/o-procurador-que-lacou-o-desmatamento/>, acesso em 10/12/2019.

POTENZA, R. F. et al. **Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil 1970-2021.** Observatório do Clima: [s. l.], 2023.

SANTANA, R. N. do N., SOUSA, S. de M. P. S. Editorial. **Revista de Políticas Públicas**, v. 27, n. 1, jan./jul/ 2023.

SCHELLNHUBER, H. J. Tipping elements in the Earth System. **PNAS**, v. 106, n. 49, p. 20561-20563, 2009.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Contested frontiers in Amazonia**. Nova York: Columbia University Press, 1992.

SCHMINK, M. et al. From contested to 'green' frontiers in the Amazon? A long-term analysis of São Félix do Xingu, Brazil. **Journal of Peasant Studies**, v. 46, n. 2, p. 377–399, 2019.

SEWELL JR, W. H. **Lógicas da história: teoria social e transformação social**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SMARTLAB. **Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas**. 2019. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/1507300>. Acesso em 6/12/2019.

SIMIONATO, M. Matadores espalham medo em cidade do PA. **Folha de São Paulo**, 21 set. 2003.

SOUSA, R. DA P. et al. **Governança Socioambiental na Amazônia: Agricultura familiar e os desafios para a sustentabilidade em São Félix do Xingu - Pará**. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB, 2016.

SOUZA, M. B. de. et al. Dinâmica de uso e cobertura da terra no município de São Félix do Xingu, Estado do Pará, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. 1-13, 2020.

TARAVELLA, R.; ARNAULD DE SARTRE, X. The symbolic and political appropriation of scales: A critical analysis of the Amazonian ranchers' narrative. **Geoforum**, v. 43, n. 3, p. 645–656, 2012.

Trabalho escravo, mais uma denúncia no Pará. **O Estado de S. Paulo**, 25 ago. 1987.

TRINDADE, A. R.; SOUTO, J. I. de O.; BELTRÃO, N. E. S. Alterações de paisagem no município de São Félix do Xingu: um estudo abordando os impactos dos fatores antrópicos entre 1985 a 2015. **Enciclopédia Biosfera**, v. 16, n. 29, p. 1731-1743, 2019.

WEIGAND JR., R.; PINTO, M. G. DE M. **Estação Ecológica Terra do Meio - Plano de Manejo**. Brasília: [s.n.], 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/esec-da-terra-do-meio/arquivos/dcom_plano_de_manejo_esec_da_terra_do_meio.pdf>. Acesso em 8 ago. 2023.

Recebido em Abril de 2024
Aprovado em Maio de 2025